



Concurso Público para Provimento de Vagas para Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE'S) do IFPE

EDITAL Nº 39/2025 - REI/IFPE

# TAE CONCURSO PÚBLICO

## TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



## Caderno de Provas

**TAE  
308**

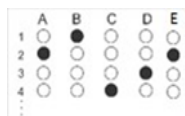
**ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Edital Nº 039/2025 – REI/IFPE

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma é correta).
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área de conhecimento da questão	Número de questões	Valor total Pontos
Língua Portuguesa	10 questões	10 pontos
Noções de Informática	05 questões	05 pontos
Legislação Aplicada	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	05 pontos
Conhecimentos Específicos	20 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

## LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

### A educação e a formação já dançaram?

*Dirce Waltrick do Amarante e Fedra Rodríguez*

Um jovem no primeiro ano do ensino médio é um aluno exemplar. Certo dia, ao se levantar para receber a nota máxima na feira de ciências de sua escola, ouve, entre assobios e vaias, diversos comentários. Até que uma das agressões verbais se torna o “grito de guerra” dos colegas: “Vai ser CLT! Vai ser CLT!”. Deram-lhe a pena máxima, a predição de um futuro de miséria, além de colocar-lhe a pecha de fracassado. O apreço pelo estudo é um sinal claro de falta de ambição e incapacidade de faturar milhões – e, portanto, de “ter sucesso” na vida – para essa multidão berrante. Certamente, é um “crime” que merece tamanha punição, claro.

Cenas semelhantes, embora não tenham acontecido exatamente da forma como a ficção contada aqui, já são um fato corriqueiro entre crianças, adolescentes e jovens do Brasil. Por si só, esse dado já seria de extrema preocupação, revelando o desprezo das novas gerações – doutrinadas pelo panorama contemporâneo – pelo modelo de trabalho que garante o sustento de milhões de brasileiros. Mas o problema, neste caldo de tigrinhos, dancinhas, jogadores que não jogam nem declaram impostos e que estão bilionários, é justamente o trabalho. O trabalho, da forma como até pouco tempo o concebíamos, se tornou sinônimo de burrice, por conseguinte, o conhecimento e a responsabilidade também. E não, não culpemos esses jovens, supostamente de “cabeça fraca”, como já ouvimos de nossos pais e eles de nossos avós. A crise civilizatória de nosso tempo é feita de uma miríade de “subcrises”, inclusive éticas e intelectuais, que envolvem e repercutem em diversas camadas sociais.

Os mais novos, em formação, revelam o contexto complexo em que estamos imersos e reagem a ele com a prontidão e a insensatez típicas da juventude. Porém, na era das big techs megalomaniacas, dos coaches de soluções milagrosas e das celebridades instantâneas, a insensatez não é mais uma prerrogativa juvenil, embora as atitudes observadas entre indivíduos da geração alpha sejam os sintomas mais emblemáticos.

De acordo com o Inep, entre 2013 e 2023, houve uma queda de 45,6% de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Um declínio que se acentuou com os anos de pandemia e com a crescente febre de influencers e de investidores mágicos que dão inveja a Houdini. A desvalorização do ensino superior – refletido no desmonte das universidades – e do modelo convencional de trabalho, a ameaça da inteligência artificial aos atuais postos de emprego e o incentivo ao lucro rápido tiveram peso considerável para que alcançássemos esse resultado.

Um fato curioso ajuda a corroborar esta análise: as páginas de grandes universidades brasileiras nas mídias sociais têm menos seguidores do que as páginas de influenciadores digitais. Vejamos, por exemplo, três instituições de diferentes estados: no Instagram, a página da USP, uma das maiores e mais bem conceituadas da América Latina, tem 421 mil seguidores; a de outra grande universidade brasileira, a PUC/RIO tem minguados 18.700; já a da UFSC tem apenas 154 mil seguidores. O número de seguidores dessas três instituições de ensino juntas é menor do que o número de seguidores de uma influenciadora como Virgínia Fonseca (a que chupou o microfone do Senado), que tem 56 milhões. A PUC/RIO consegue ter menos seguidores do que a influenciadora mirim Vicky Justus, que começou ontem na “profissão”, mas já é seguida por 125 mil pessoas. Se compararmos a Carlinhos Maia, com seus 35,6 milhões de fãs de Instagram, a situação se torna vexatória.

Há, é claro, todo tipo de influenciador digital. Alguns promovem grandes debates e reflexões, outros dançam, cantam e perguntam para os seguidores que roupa devem vestir. Aqueles que promovem o debate contribuem para a sociedade e também para as universidades, pois acabam remetendo a elas ou são, muitas vezes, frutos delas. Esse é o caso, por exemplo, de Rita von Hunty, nome artístico de Guilherme Terreri Lima Pereira, Bacharel em atuação cênica pela UNIRIO, e em literatura inglesa pela USP.

Mas e os outros influenciadores? Como é possível explicar que aqueles que dançam ou compartilham seu dia a dia, geralmente bastante glamourosos, consigam chamar mais atenção do que uma instituição de ensino com cursos e saberes variados?

Vilém Flusser, o pensador checo-brasileiro, talvez explique o fenômeno no livro *A filosofia da Caixa Preta*, publicado em 1985. Com um olhar muito à frente de seu tempo, Flusser reflete sobre o poder das imagens

técnicas, ou seja, daquelas produzidas por aparelhos, em contraponto às imagens tradicionais. Enquanto “as imagens tradicionais imaginam o mundo”, as imagens técnicas, de “carácter aparentemente não-simbólico, objetivo”, fazem com que “seu observador as olhe como se fossem janelas e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos”. A função por trás das imagens técnicas, de acordo com Flusser, seria então a de “emancipar a sociedade da necessidade de pensar conceitualmente”.

Dos anos 1980 até os dias de hoje, houve uma proliferação de imagens técnicas, que culmina agora na chegada das imagens produzidas pelas inteligências artificiais. Ao longo dessas últimas décadas, a “liberdade” de não precisar pensar conceitualmente, parece ter provocado uma onda de comodismo ou preguiça, que levou à perda do senso crítico. Desse modo, as pessoas passaram a confiar cada vez mais nessas imagens, sem colocá-las em xeque, ou melhor, sem considerar que elas devem, como qualquer imagem, “ser decifradas por quem deseja captar-lhe o significado”, como alerta Flusser. Segundo o pensador, aliás, “decifrá-las é reconstituir os textos que tais imagens significam. Quando as imagens técnicas são corretamente decifradas, surge o mundo conceitual como sendo o seu universo de significado”. Portanto, quando se contempla uma imagem técnica, como diz Flusser, o que vemos, na verdade, “não é ‘o mundo’, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo sobre a superfície da imagem”.

As redes sociais estão inundadas de imagens técnicas. Os influenciadores abusam delas, talvez não tão ingenuamente quanto se pensa. Eles parecem confiar na “magia” que elas provocam nos seguidores. A respeito dessa magia, ou “nova magia”, como afirma Flusser, ela não tem a ver com ideia de elaboração de um mito, mas com a simples ritualização de um programa que não tem por objetivo “modificar o mundo lá fora”, mas criar “seus receptores para um comportamento mágico programado”. Em um efeito manada, influenciadores angariam novos “receptores” programados, que se encantam com aquilo que lhes é oferecido como verdade e possibilidade.

Os influenciadores entenderam como lidar com as imagens técnicas e manipular seus seguidores, cooptando cada vez mais deles. As universidades, ao contrário, em vez de angariar mais seguidores, parecem cada vez mais encantadas com as imagens técnicas, principalmente depois das IAs, e com a sua revolução que, como disse Flusser nos anos 1980, tomou rumo diferente: as imagens técnicas “não tornam visível o conhecimento científico, mas o falseiam; não reintroduzem as imagens tradicionais, mas as substituem; não tornam visível a magia subliminar, mas a substituem por outra. Nesse sentido, as imagens técnicas passam a ser ‘falsas’, ‘feias’ e ‘ruins’, além de não terem sido capazes de reunificar a cultura, mas apenas de fundir a sociedade em massa amorfa”.

Como introduzir nas imagens técnicas a magia da busca pelo conhecimento se “ter” é melhor do que “ser” e até mesmo “estar”? Como reprogramar seus observadores para que ponham em xeque o que veem?

Nesse momento, nos vem à mente uma tirinha da pequena intelectual Mafalda, criação do argentino Quino. Em um diálogo com Susanita – epítome da frivolidade –, Mafalda confessa que, quando crescer, quer “ter cultura”. Susanita, por sua vez, declara que prefere vestidos e então provoca: “Se sair na rua sem cultura, você é presa?”. Mafalda responde que não. E Susanita, triunfante, finaliza: “Experimente sair na rua sem vestidos”. Como Mafalda, acabamos admitindo — ainda que com revolta — que Susanita tem razão. Em 2025, experimente dizer que é CLT.

Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/>. Acesso em: 02 set. 2025.

1. De forma global, o texto objetiva

- A) narrar acontecimentos evidenciadores da complexidade da relação das novas gerações com o mercado de trabalho.
- B) descrever situações caracterizadoras da relação conflituosa das novas gerações com o mercado de trabalho.
- C) construir um posicionamento acerca da relação das novas gerações com a exigência social da obtenção de um diploma universitário.
- D) narrar e descrever acontecimentos caracterizadores da visão acrítica das novas gerações em relação ao trabalho formal.
- E) construir um posicionamento acerca da visão das novas gerações em relação ao trabalho e à educação formais.

2. De acordo com as autoras, o problema tematizado no texto
- A) decorre da formação familiar dada aos jovens.
  - B) resulta das falhas do sistema educacional brasileiro.
  - C) ratifica o quão nocivos são os influenciadores digitais.
  - D) ratifica o quão nocivas são as inovações tecnológicas.
  - E) resulta de uma crise da própria humanidade.
3. Os quatro primeiros períodos do primeiro parágrafo apresentam características predominantes do tipo
- A) descritivo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
  - B) injuntivo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
  - C) narrativo, e este é o tipo predominante no texto.
  - D) descritivo, e este é o tipo predominante no texto.
  - E) narrativo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
4. Sobre as diferentes vozes presentes no texto, é correto afirmar que
- A) à voz das autoras juntam-se outras vozes que fortalecem a discussão.
  - B) à voz das autoras juntam-se outras vozes em uma relação de discordância.
  - C) a voz de Flusser enfraquece a visão trazida pelos dados do Inep.
  - D) a citação do texto de Quino serve tão somente para imprimir leveza à discussão.
  - E) as citações de Flusser e do texto de Quino apresentam posições divergentes entre si.
5. As autoras recorrem ao recurso da ironia
- A) no último período do segundo parágrafo.
  - B) no último período do primeiro parágrafo.
  - C) no primeiro período do quinto parágrafo.
  - D) no primeiro período do último parágrafo.
  - E) no último período do oitavo parágrafo.
6. As aspas, ao longo do texto, são empregadas
- A) com a mesma função.
  - B) para indicar tão somente ironia.
  - C) com funções distintas.
  - D) para indicar tão somente citação.
  - E) para indicar tão somente neologismos.
7. Leia o período reproduzido a seguir. Considere o contexto linguístico no qual esse período está inserido.

**Deram-lhe** a pena máxima, a predição de um futuro de miséria, além de **colocar-lhe** a pecha de fracassado.

As palavras em destaque foram empregadas com função coesiva

- A) anafórica, funcionam como objeto direto e devem concordar em número com o referente.
- B) catafórica, funcionam como objeto direto e devem concordar em gênero e número com o referente.
- C) anafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em gênero e número com o referente.
- D) anafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em número com o referente.
- E) catafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em número com o referente.

8. Em algumas afirmações, as autoras fazem uso da estratégia persuasiva da modalização da linguagem. Essa estratégia está linguisticamente marcada no
- A) segundo período do décimo parágrafo, por meio do uso de um advérbio.
  - B) primeiro período do sexto parágrafo, por meio do uso do verbo haver.
  - C) primeiro período do décimo primeiro parágrafo, por meio do uso de verbos no infinitivo.
  - D) primeiro período do segundo parágrafo, por meio do uso da conjunção concessiva “embora”.
  - E) segundo período do quinto parágrafo, por meio do uso da expressão “por exemplo”.
9. Os dois períodos que compõem o terceiro parágrafo estão interligados por uma palavra sinalizadora de relação sintático-semântica de
- A) oposição e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “portanto”.
  - B) conclusão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “portanto”.
  - C) oposição e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “entretanto”.
  - D) conclusão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “no entanto”.
  - E) concessão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “conquanto”.
10. Há, no texto, quatro ocorrências de uso da palavra **até**. Sobre essas ocorrências, é correto afirmar:
- A) no décimo segundo parágrafo, ao combinar-se com a palavra “mesmo”, a palavra **até** apresenta valor argumentativo e, por isso, a expressão **até mesmo** poderia ser substituída por **no mínimo**, sem alteração de sentido.
  - B) no nono parágrafo, a palavra **até** apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação temporal e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.
  - C) no segundo parágrafo, a palavra **até** não apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação temporal e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **no mínimo**, sem alteração de sentido.
  - D) no décimo segundo parágrafo, ao combinar-se com a palavra “mesmo”, a palavra **até** apresenta valor argumentativo e, por isso, a expressão **até mesmo** poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.
  - E) no primeiro parágrafo, a palavra **até** não apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação espacial e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. No gerenciamento de arquivos no sistema operacional Windows, cada arquivo possui um sufixo que identifica o seu tipo, conhecido como extensão. Sobre esse assunto, é correto afirmar:
- A) arquivos de texto simples geralmente utilizam a extensão .txt.
  - B) arquivos de planilhas do Microsoft Excel utilizam a extensão .docx.
  - C) arquivos de documentos do Microsoft Word utilizam a extensão .pptx.
  - D) arquivos compactados em formato ZIP aparecem sempre com a extensão .rar.
  - E) arquivos de apresentação do Power Point utilizam a extensão .xls.

12. Uma das preocupações dos usuários na era digital é a preservação dos seus dados. Para isso é necessário utilizar-se de *backups*. Sobre estratégias de *backups*, é correto afirmar que o *backup*
- A) incremental salva, a cada execução, todos os arquivos do sistema, independentemente de terem sido modificados ou não.
  - B) diferencial realiza a cópia de todos os arquivos que foram alterados ou adicionados desde a última execução de um *backup* completo.
  - C) completo armazena apenas os arquivos que foram criados ou modificados desde a última cópia de segurança, seja ela total ou incremental.
  - D) incremental realiza a cópia integral de todos os arquivos do computador em cada execução.
  - E) espelhado distribui os arquivos de forma criptografada em vários locais, sendo a estratégia mais comum em sistemas domésticos.
13. Os navegadores de Internet são programas fundamentais para acessar a Web. Entre os recursos disponíveis nesses navegadores, destaca-se o modo de navegação anônima (ou privativa), que quando ativado pelo usuário
- A) Impede totalmente que o provedor de Internet, sites visitados ou administradores de rede rastreiem a navegação do usuário.
  - B) provoca o bloqueio automático de todos os anúncios e pop-ups durante a navegação.
  - C) impede o salvamento do histórico e arquivos temporários depois que o navegador for fechado.
  - D) permite que a navegação na Internet seja mais rápida, pois aumenta a velocidade de conexão.
  - E) protege a navegação contra vírus e malwares, funcionando como um antivírus integrado ao navegador.
14. Em planilhas eletrônicas, como Microsoft Excel ou LibreOffice Calc, é possível aplicar Formatação Condicional. Esse recurso permite
- A) alterar automaticamente os valores das células de acordo com critérios definidos pelo usuário.
  - B) modificar automaticamente a aparência de uma célula com base em condições, como destacar em vermelho valores abaixo de uma meta.
  - C) validar a entrada de dados nas células, permitindo apenas valores que atendam a critérios definidos.
  - D) bloquear células de uma planilha, condicionando sua formatação a inserção de uma senha escolhida pelo usuário.
  - E) importar dados de fontes externas, caso o conteúdo inserido coincida com critérios previamente definidos.
15. Em uma planilha eletrônica, uma empresa deseja calcular a média de vendas apenas dos vendedores que atingiram valor superior a R\$ 3.500,00 no mês. Para isso, foi criada uma coluna com os valores de venda (células B2:B11). Sendo assim, a fórmula que deve ser utilizada para realizar esse cálculo é:
- A) = **MÉDIA (B2 : B11 > 3500)** , pois retorna a média somente dos valores acima de 3500.
  - B) = **SE (B2 : B11 > 3500 ; MÉDIA (B2 : B11) ; "" )** , já que o SE filtra os valores antes de calcular a média.
  - C) = **MÉDIASE (B2 : B11 ; ">3500" )** , pois calcula diretamente a média, considerando apenas as células que atendem ao critério.
  - D) = **SEERRO (MÉDIA (B2 : B11) ; 0)** , garantindo que valores incorretos sejam ignorados.
  - E) = **SOMA (B2 : B11) / CONT . SE (B2 : B11 ; ">3500" )** , dividindo o total pela quantidade de vendedores que atingiram o critério.

**LEGISLAÇÃO APLICADA**

16. O poder de polícia da Administração, que permite restringir direitos individuais em prol do interesse coletivo (ex: fiscalização sanitária, controle de edificações), tem como fundamento direto o princípio da
- A) supremacia do interesse público.
  - B) eficiência.
  - C) autotutela.
  - D) indisponibilidade do interesse público.
  - E) legalidade.
17. Um gestor público, diante de uma situação de alta complexidade técnica e econômica, baseia sua decisão, exclusivamente, em um parecer técnico-científico, elaborado por um perito de notório saber, que posteriormente se revela equivocado, causando prejuízos à Administração. Nos termos do Decreto nº 9.830/2019, a responsabilização pessoal do gestor
- A) depende da comprovação de que ele obteve alguma vantagem pessoal com a decisão, caracterizando dolo.
  - B) é objetiva e solidária com a do parecerista, pois o gestor tem o dever de decidir e assume integralmente o risco de sua decisão.
  - C) fica condicionada à condenação prévia do parecerista na esfera cível ou profissional.
  - D) é automática, pois a ele compete a decisão final, sendo o parecer um mero subsídio não vinculante.
  - E) poderá ser afastada se ele demonstrar que não dispunha de conhecimentos técnicos para questionar o mérito do parecer e que o perito foi escolhido com base em critérios objetivos.
18. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, a aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário independe da
- A) ocorrência de dano ao patrimônio público.
  - B) comprovação do dolo específico do agente.
  - C) individualização da conduta do agente na prática do ato.
  - D) aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal ou conselho de contas.
  - E) absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
19. O desenvolvimento do servidor na carreira dos Técnico-Administrativos em Educação ocorre por meio de dois mecanismos:
- A) a readaptação e a recondução.
  - B) a progressão por capacitação profissional e a progressão por mérito profissional.
  - C) a avaliação de desempenho a cada dois anos e a promoção por merecimento.
  - D) o incentivo à qualificação e o adicional por tempo de serviço.
  - E) a promoção por antiguidade e a promoção por merecimento.
20. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais. A respeito da natureza e das disposições legais aplicáveis a essas instituições, é correto afirmar que esses Institutos
- A) são órgãos administrativos subordinados ao Ministério da Educação.
  - B) podem ministrar educação profissional técnica de nível médio, sendo vedada a de nível superior.
  - C) terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor, 1 Vice-Reitor e 7 Pró-Reitores.
  - D) são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi.
  - E) serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 anos, permitida reconduções.

21. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a vedação à acumulação remunerada de cargos públicos (Art. 37, inciso XVI, Constituição Federal)

- A) aplica-se a um servidor aposentado, pois a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de um novo cargo na ativa só é permitida se os cargos fossem acumuláveis na atividade.
- B) aplica-se a um servidor aposentado, contudo, considerando os valores dos proventos da aposentadoria e da remuneração do novo cargo, ele deverá receber o que for de maior valor, não podendo receber ambos.
- C) não se aplica a um servidor aposentado, pois a vedação constitucional só se aplica a servidores da ativa, e a Constituição Federal é silente sobre os aposentados.
- D) aplica-se a um servidor aposentado, pois a acumulação é vedada em todos os casos, exceto se a aposentadoria tiver ocorrido por invalidez.
- E) não se aplica a um servidor aposentado, pois uma vez aposentado, o vínculo com o serviço público se encerra, podendo o indivíduo assumir qualquer outro cargo público sem restrições, considerando o princípio da liberdade profissional.

22. Considere o excerto abaixo.

“Novidade da Constituição de 1988 — distanciando-se das cartas passadas, que não disciplinavam a matéria como agora, o art. 4º listou, de forma sistemática e categórica, os princípios regentes das relações exteriores do Brasil. A matéria e a forma do preceito, adotados pela Assembleia Nacional Constituinte, derivaram do art. 26 do Anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. E, ao erigir os incisos do art. 4º ao posto de princípios regentes da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, o constituinte prescreveu vetores que repercutem na própria ordem jurídica interna.”.

(BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023, p. 398).

Sobre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, destaca-se

- A) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- C) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) a dignidade da pessoa humana.
- E) a soberania.

23. Leia o excerto abaixo.

“O Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público”.

(NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito Administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025, p. 2”).

Em relação à temática do Direito Administrativo,

- A) o cargo de vereador é classificado como um servidor público.
- B) a nomeação de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é um exemplo de ato administrativo simples.
- C) a imperatividade é um dos atributos que caracteriza o ato administrativo.
- D) o decreto regulamentar tem natureza jurídica de um ato administrativo enunciativo.
- E) a revogação é uma técnica utilizada para anular o ato administrativo por vício de legalidade.

24. O servidor público federal pode ser removido,
- A) a pedido, no interesse da Administração Pública, para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar.
  - B) a pedido, a critério da Administração Pública, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente.
  - C) a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração Pública em virtude de processo seletivo.
  - D) de ofício, no interesse da Administração Pública, para acompanhar cônjuge que foi deslocado no interesse da Administração.
  - E) de ofício, a critério da Administração Pública, em virtude de processo seletivo promovido ou para acompanhar cônjuge.
25. Sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), concurso e servidor público federal, é correto o entendimento de que
- A) a pensão por morte de servidor público federal pode ser concedida ao filho inválido de qualquer idade, mesmo que a invalidez seja posterior ao óbito.
  - B) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
  - C) a exigência de diploma de nível médio técnico em concurso não pode ser suprida por diploma de nível superior na mesma área de atuação.
  - D) o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público.
  - E) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade do processo.

## INTEGRIDADE

26. O Decreto nº 11.529/2023 define conceitos relacionados ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação. Com base na referida Norma, transparência passiva é a(o)
- A) publicação proativa de informações nos portais de transparência das instituições públicas, sem necessidade de solicitação.
  - B) comunicação interna entre órgãos e entidades da Administração Pública para compartilhamento de dados estratégicos.
  - C) divulgação de informações somente quando autorizada por autoridade superior, em casos excepcionais e devidamente justificada, conforme estabelecido na Lei de Acesso à Informação.
  - D) disponibilização de informações públicas mediante atendimento a pedidos apresentados por qualquer interessado, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Lei de Acesso à Informação.
  - E) direito de acesso a informações garantido a servidores públicos no exercício de suas funções.

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

27. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) prevê regras específicas quanto à composição das Comissões de Ética nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. De acordo com o referido Decreto, a Comissão de Ética deve ser integrada por
- A) cinco membros eleitos entre todos os servidores da instituição, com a relação dos respectivos titulares e suplentes.
  - B) três membros titulares, escolhidos pela autoridade máxima do órgão, a partir de indicações realizadas pelo sindicato.
  - C) um servidor efetivo, um comissionado e um representante sindical, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.
  - D) cinco servidores, dos quais três efetivos e dois temporários, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.
  - E) três membros titulares com respectivos suplentes, indicados entre servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.
28. O Decreto Federal nº 12.122/2024 e a Portaria MGI nº 6.719/2024 adotam a transversalidade como diretriz na prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação. De acordo com esses normativos, a transversalidade significa que
- A) a responsabilidade pelos casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação recai sobre as chefias imediatas, as áreas de gestão de pessoas e a autoridade máxima do órgão.
  - B) as políticas de prevenção ao assédio e discriminação devem assegurar a capacitação e a realização de treinamentos para todos os servidores públicos, independentemente do cargo ou função exercidos.
  - C) cada unidade administrativa possui autonomia plena para adotar medidas próprias, independentemente das diretrizes estabelecidas pela Justiça ou pelos órgãos de controle internos ou externos.
  - D) a abordagem das situações de assédio e discriminação deverá levar em conta sua relação com a organização, a gestão do trabalho e suas dimensões sociocultural, institucional e individual.
  - E) a proteção das identidades de todas as partes envolvidas, incluindo testemunhas, no tratamento dos casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação, é a principal diretriz a ser observada.
29. No âmbito de um processo de planejamento institucional, o IFPE aplicou um questionário aos estudantes solicitando: nome completo, estado civil, número do CPF, histórico de saúde, origem racial, convicção religiosa e dados bancários. Conforme o inciso II do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), são considerados **dados pessoais sensíveis** as informações que dizem respeito a:
- A) histórico de saúde, origem racial e convicção religiosa.
  - B) origem racial, estado civil e número do CPF.
  - C) dados bancários, número do CPF e convicção religiosa.
  - D) histórico de saúde, origem racial e dados bancários.
  - E) estado civil, convicção religiosa e dados bancários.
30. O Decreto nº 9.203/2017 estabelece princípios que orientam a governança pública. Analise as opções a seguir e assinale a que apresenta apenas princípios previstos no art. 3º do Decreto.
- A) Eficiência, moralidade, capacidade de resposta e transparência.
  - B) Legalidade, confiabilidade, sustentabilidade e prestação de contas.
  - C) Capacidade de resposta, publicidade, melhoria regulatória e legalidade.
  - D) Impessoalidade, capacidade de resposta, sustentabilidade e confiabilidade.
  - E) Integridade, confiabilidade, prestação de contas e responsabilidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Para realização de perícias trabalhistas, será nomeado perito especializado no objeto da perícia, incumbindo às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito, a indicação do assistente técnico. Dentre as diversas atribuições, cabe ao assistente técnico da parte reclamada
- A) indeferir quesitos impertinentes elaborados pela parte reclamante.
  - B) elaborar parecer técnico para apreciação do juiz, observando o prazo por ele fixado.
  - C) indeferir a perícia quando a verificação do fato for impraticável.
  - D) dispensar prova pericial mediante apresentação de parecer técnico suficientemente elucidativo.
  - E) indicar o método a ser utilizado pelo perito para esclarecimento sobre as condições de trabalho periciada.
32. O gerenciamento de riscos ocupacionais das organizações deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o qual deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho. O PGR deve conter, no mínimo,
- A) o inventário de riscos e as evidências de treinamento em segurança e saúde no trabalho.
  - B) os resultados de auditorias de saúde e segurança no trabalho e os procedimentos de resposta a emergências.
  - C) as evidências de treinamento em saúde e segurança no trabalho e os procedimentos de resposta a emergências.
  - D) os resultados de auditorias de segurança e saúde no trabalho e o plano de ação.
  - E) o inventário de riscos e o plano de ação.
33. O objetivo de um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional (SSO) é fornecer uma estrutura para gerenciar os riscos e oportunidades de SSO, possibilitando que as organizações proporcionem locais de trabalho seguros e saudáveis, prevenindo lesões e agravos à saúde relacionados ao trabalho, bem como melhorando proativamente o seu desempenho de SSO. A implementação e manutenção de um sistema de gestão de SSO, sua eficácia e sua capacidade de alcançar os resultados pretendidos dependem de uma série de fatores-chave, que podem incluir
- A) a implementação e manutenção de uma Política de SSO pela engenharia de segurança do trabalho.
  - B) a responsabilidade geral pela prevenção de lesões pelo Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).
  - C) a alocação de recursos necessários para manter o sistema.
  - D) o asseguramento, pela área de Recursos Humanos, de que as responsabilidades para as funções relevantes no sistema de gestão sejam comunicadas em todos os níveis da organização.
  - E) a coordenação da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) para discussão de temas referentes à segurança e à saúde no trabalho.

34. Organizações devem estabelecer, implementar e manter processo(s), incluindo relatórios, investigação e tomada de ações, para gerenciar os acidentes de trabalho. Neste contexto, a investigação e a análise de acidentes de trabalho configuram práticas essenciais no âmbito do sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional das organizações, pois permitem
- A) identificar de forma precisa os comportamentos culposos dos envolvidos, para conseqüente aplicação de penalidade administrativa.
  - B) identificar as causas imediatas, sendo a eliminação dessas causas suficiente para prevenção de recorrências.
  - C) preservar a imagem da organização perante os órgãos fiscalizadores, mediante implementação de controles mais rigorosos.
  - D) reagir em tempo hábil ao acidente e, conforme aplicável, executar uma ação corretiva e lidar com as conseqüências.
  - E) dissimular falhas no sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional para evitar responsabilizações.
35. Segundo a Norma Regulamentadora (NR) 01 – Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais, as organizações devem avaliar os riscos ocupacionais relativos aos perigos identificados em seu(s) estabelecimento(s), de forma a manter informações para adoção de medidas de prevenção. A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista
- A) anualmente ou quando da ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho.
  - B) apenas quando houver mudança de *layout*, das condições de trabalho ou nos requisitos legais aplicáveis.
  - C) anualmente ou após a solicitação justificada dos trabalhadores ou da CIPA, quando houver.
  - D) mensalmente ou quando identificadas inadequações, insuficiência ou ineficácia das medidas de prevenção.
  - E) a cada dois anos ou após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais.
36. A Convenção nº 170 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, estabelece responsabilidades para fornecedores, empregadores e empregados. Dentre as responsabilidades dos trabalhadores que manuseiam produtos químicos, inclui-se a de
- A) prover informações sobre os perigos que oferece a exposição aos produtos químicos utilizados no local de trabalho.
  - B) instruir sobre a forma de obterem e usarem as informações que aparecem nas etiquetas e nas fichas com dados de segurança.
  - C) classificar os produtos químicos utilizados, com base no conhecimento das suas propriedades físico-químicas.
  - D) observar todos os procedimentos e práticas estabelecidos, com vistas à utilização segura de produtos químicos no trabalho.
  - E) proporcionar treinamento, continuamente, sobre os procedimentos e práticas a serem seguidas, com vistas à utilização segura de produtos químicos no trabalho.

37. A avaliação quantitativa da exposição ocupacional a agentes ambientais, quando necessária, deverá ser realizada para comprovar o controle da exposição ocupacional aos agentes identificados, dimensionar a exposição ocupacional dos grupos de trabalhadores e/ou subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção. Neste contexto, a Norma de Higiene Ocupacional (NHO) 01 – Procedimento Técnico: Avaliação da exposição ocupacional ao ruído estabelece critérios e procedimentos para a avaliação da exposição ocupacional ao ruído. Na avaliação da exposição ocupacional ao agente físico ruído, o Nível de Exposição Normalizado (NEN) representa o nível de exposição
- A) convertido para uma jornada padrão de 8 horas diárias, para fins de comparação com o limite de exposição.
  - B) ao ruído, a partir do qual os valores devem ser computados na integração, para fins de determinação de nível médio ou da dose de exposição.
  - C) ao ruído representativo da jornada de trabalho relativo ao período de medição, que considera os diversos valores de níveis instantâneos ocorridos no período.
  - D) decorrente de todo e qualquer ruído que apresenta picos de energia acústica de duração inferior a 1 segundo, a intervalos superiores a 1 minuto.
  - E) convertido para uma jornada padrão de 44 horas semanais, para fins de comparação com o nível de ação.
38. A Norma Regulamentadora (NR) 12 define referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para resguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos, sem prejuízo da observância do disposto nas normas técnicas oficiais. Sob esta perspectiva, o projeto dos sistemas de segurança de máquina ou equipamento
- A) deve apresentar diagrama ou representação esquemática, em função do risco, com respectivas especificações técnicas em língua portuguesa.
  - B) pode admitir erros na montagem, desde que sejam compensados por sistemas que atuem durante a operação, capazes de neutralizar os riscos.
  - C) requer levar em conta a segurança intrínseca da máquina ou equipamento durante as fases de operação e manutenção, não se aplicando a desmonte e sucateamento.
  - D) deve considerar como falhas distintas duas ou mais falhas separadas que tenham uma causa comum, para fins de instalação de partes de sistemas de comando relacionadas à segurança.
  - E) deve prever que a pressão residual dos reservatórios e de depósitos similares, como os acumuladores hidropneumáticos, não pode gerar risco de acidentes, exceto quando as fontes de energia forem isoladas.
39. O acidente do trabalho será caracterizado tecnicamente pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) mediante a identificação do nexo entre o trabalho e o agravo. Considera-se estabelecido o nexo entre o trabalho e o agravo quando
- A) houver registro nos últimos 12 meses, por meio de comunicação de acidente de trabalho (CAT), da entidade mórbida motivadora da incapacidade.
  - B) constatada, por meio de perícia médica no local de trabalho, a existência de condições capazes de desencadear a entidade mórbida motivadora da incapacidade.
  - C) se verificar nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade.
  - D) concedido nos últimos 12 meses benefício de aposentadoria por incapacidade laboral, decorrente da entidade mórbida motivadora da incapacidade.
  - E) se verificar nexo técnico epidemiológico entre a atividade realizada pelo segurado e os índices de afastamentos registrados pela Previdência Social nos últimos 12 meses.

40. O Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco (COSCIP), aprovado pelo Decreto nº 19.644, de 13 de março de 1997, estabelece critérios e define sistemas de segurança contra incêndio e pânico para edificações. As edificações relacionadas no COSCIP, dentro de suas respectivas ocupações, terão seus sistemas de segurança contra incêndio e pânico definidos diretamente em função de diversos parâmetros, incluindo
- A) número de pavimentos, área total construída e/ou coberta.
  - B) área construída por pavimento e distância entre a edificação e o grupamento de bombeiros militares mais próximo.
  - C) natureza específica da ocupação e número de membros da brigada de incêndio.
  - D) horário de funcionamento das atividades do estabelecimento e número de pavimentos.
  - E) área total ocupada e determinações pessoais, conceitualmente embasadas, do responsável técnico pela edificação.
41. A aplicação dos requisitos de Ergonomia, a partir de avaliação ergonômica preliminar ou da análise ergonômica do trabalho, possibilitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho. As organizações devem obrigatoriamente realizar Análise Ergonômica do Trabalho (AET) da situação de trabalho quando
- A) identificadas inadequações ou insuficiência das ações adotadas.
  - B) identificados perigos ergonômicos no processo de trabalho.
  - C) deseja-se produzir informações para o planejamento das medidas de prevenção.
  - D) as situações de trabalho demandam adaptação às características psicofisiológicas dos trabalhadores.
  - E) sugerida pelo acompanhamento da segurança dos trabalhadores, nos termos do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).
42. Conforme a ISO 45003:2021 – Gestão de saúde e segurança no trabalho – Saúde psicológica e segurança no trabalho – Diretrizes para a gestão dos riscos psicossociais, os perigos psicossociais são cada vez mais reconhecidos como desafios importantes para a saúde, segurança e bem-estar no trabalho e estão relacionados à forma como o trabalho é organizado, fatores sociais no trabalho e aspectos do ambiente de trabalho, equipamentos e tarefas perigosas. Esses perigos podem estar presentes em todas as organizações e setores e em todos os tipos de tarefas, equipamentos e arranjos de emprego. Um dos perigos relacionados à forma como o trabalho é organizado é
- A) a baixa recompensa e reconhecimento.
  - B) a exigência de atenção e concentração prolongadas.
  - C) a precarização de carreira.
  - D) o desequilíbrio entre trabalho e vida pessoal.
  - E) a baixa civilidade, respeito ou justiça organizacional.

43. O índice utilizado pela Norma de Higiene Ocupacional (NHO) 06 para avaliação da exposição ocupacional ao calor é o Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo (IBUTG). Em uma avaliação no Laboratório de Mecânica, ambiente coberto sem incidência de carga solar, constatou-se a temperatura de bulbo úmido natural de 25,0 °C, a temperatura de globo de 32,0 °C e a temperatura de bulbo seco (temperatura do ar) de 28,0 °C. Sabendo-se que o tempo de permanência no Laboratório é superior a 60 minutos contínuos, que o nível de ação adotado é o  $\overline{\text{IBUTG}}_{\text{max}}$  de 25,4 °C e o limite de exposição ocupacional o  $\overline{\text{IBUTG}}_{\text{max}}$  de 28,5 °C, sobre os procedimentos técnicos e resultados desta avaliação é correto afirmar que
- A) o limite de exposição ocupacional foi ultrapassado, sendo obrigatória a adoção imediata de medidas de controle.
  - B) o IBUTG resultante foi inferior ao nível de ação, sendo recomendada, no mínimo, a manutenção da condição existente.
  - C) a estabilização dos dispositivos de medição será considerada atingida quando no mínimo cinco leituras consecutivas apresentarem variação entre elas no intervalo de 0,4 °C.
  - D) os dispositivos de medição devem ser periodicamente calibrados apenas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
  - E) a avaliação realizada em época com temperaturas mais amenas, desde que não esteja chovendo, pode ser considerada para a caracterização da situação de exposição mais desfavorável.
44. O(s) pictograma(s) de perigo compõe(em) a rotulagem preventiva de produtos químicos classificados como perigosos à segurança e à saúde dos trabalhadores, conforme procedimentos definidos pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS).



Pictograma 1



Pictograma 2



Pictograma 3

De acordo com o GHS, os pictogramas 1, 2 e 3 advertem, respectivamente, sobre os perigos de produtos químicos:

- A) oxidante, inflamável e cancerígeno.
- B) inflamável, oxidante e irritante à pele.
- C) corrosivo à pele, inflamável e carcinogênico.
- D) inflamável, corrosivo para metais e oxidante.
- E) oxidante, inflamável e carcinogênico.

45. A Norma Regulamentadora (NR) 35 estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade. Segundo esta norma, todo trabalho em altura deve ser planejado e organizado. As primeiras medidas de controle para prevenção nos trabalhos em altura a serem adotadas no planejamento do trabalho devem ser
- A) medidas que eliminem o risco de queda dos trabalhadores, na impossibilidade de execução do trabalho de outra forma.
  - B) medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.
  - C) medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução.
  - D) medidas de proteção individual, representadas pelo uso de cinto de segurança tipo paraquedista, com talabarte duplo.
  - E) medidas de isolamento, sinalização no entorno da área de trabalho, previsão de emergências e o planejamento do resgate e primeiros socorros.
46. Nos ambulatórios médicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), servidores estão susceptíveis à possibilidade de exposição acidental a agentes biológicos, motivo pelo qual se aplica a estes locais as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, estabelecidas pela Norma Regulamentadora (NR) 32, a qual estabelece que o Programa de Gerenciamento de Riscos, além do previsto na NR 01, na etapa de identificação de perigos, deve conter
- A) os procedimentos a serem adotados para diagnóstico, acompanhamento e prevenção das doenças.
  - B) a vigilância médica dos trabalhadores potencialmente expostos.
  - C) o programa de vacinação.
  - D) a identificação dos riscos biológicos mais prováveis, em função da característica do serviço de saúde.
  - E) a relação dos estabelecimentos de saúde que podem prestar assistência aos trabalhadores.
47. O exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, confere a concessão de aposentadoria especial, sendo o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) um documento para reconhecimento de períodos laborados em atividades especiais. O LTCAT pode ser substituído, desde que informe os elementos básicos relacionados na legislação previdenciária, por laudo
- A) relativo à atividade em diferente setor, desde que as condições ambientais sejam idênticas.
  - B) relativo a equipamento ou setor similar.
  - C) realizado em localidade diversa daquela em que houve o exercício da atividade.
  - D) de estabelecimento diverso, desde que pertencente à mesma organização.
  - E) técnico-pericial realizado na mesma organização, emitido em ação trabalhista.

48. Servidores públicos federais que trabalham com raios-x ou substâncias radioativas receberão a gratificação correspondente, assim como os servidores que laboram em condições insalubres, perigosas ou expostos à irradiação ionizante receberão o respectivo adicional, obedecidos os critérios da legislação vigente. O adicional de irradiação ionizante poderá ser concedido
- A) somente aos indivíduos ocupacionalmente expostos que exerçam atividades em área controlada ou em área supervisionada.
  - B) de forma cumulativa ao adicional de periculosidade, por ser diferente do adicional de insalubridade.
  - C) em caráter transitório, nos casos de exposição eventual ou esporádica.
  - D) em caráter permanente, considerando o direito adquirido, desde que o servidor tenha permanecido exposto por cinco anos consecutivos.
  - E) em complemento ao adicional de insalubridade, quando constatada exposição também a radiação não ionizante.
49. A indústria da construção civil responde por uma importante quantidade anual de acidentes de trabalho no Brasil. Como uma das medidas de prevenção, as organizações devem promover capacitação e treinamento dos trabalhadores. Os treinamentos dos trabalhadores da indústria da construção civil devem
- A) ser realizados de acordo com o disposto na Norma Regulamentadora (NR) 18 - Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção.
  - B) possuir avaliação de modo a aferir o conhecimento adquirido pelo trabalhador, exceto para o treinamento inicial.
  - C) ser planejados de forma a possibilitar sua aplicação também na modalidade de ensino a distância e semipresencial, incluindo o treinamento básico em segurança do trabalho.
  - D) ocorrer em até 30 dias após o início das atividades de trabalho, quando se tratar do treinamento inicial.
  - E) ser ministrados pela própria instituição, não sendo permitido o aproveitamento de conteúdos de treinamentos ministrados por outra instituição.
50. A análise de riscos diz respeito ao entendimento do risco, fornecendo informações para o processo de avaliação de riscos e às decisões sobre se os riscos necessitam ser tratados e sobre as estratégias e métodos de tratamento mais apropriados. Vários métodos para esta análise podem ser aplicados, um deles é o Hazard and Operability Study (HAZOP), técnica
- A) relativamente não estruturada, que põe uma forte ênfase na imaginação das pessoas envolvidas para que possam apresentar suas ideias sobre os perigos do processo.
  - B) baseada no uso de palavras-guia, as quais questionam como as condições de operação podem não ser atingidas a cada etapa do processo.
  - C) baseada na resposta de questões pré-elaboradas, que incentivam os envolvidos a identificarem os perigos a partir da perspectiva de um roteiro pré-elaborado.
  - D) aplicada a partir de uma lista de verificação selecionada de maneira a cobrir adequadamente os perigos do processo.
  - E) que tem por princípio monitorar os limites críticos para cada ponto crítico de controle a intervalos definidos.

